

Violência e compra de votos na convenção do PMDB



Tropa de FHC (de amarelo) ataca opositores

Para eliminar um possível candidato presidencial do PMDB, Fernando Henrique promoveu um verdadeiro festival de corrupção e violência, com toda sorte de brutalidades, aliciamento agressivo à base da liberação de verbas e da quebra do sigilo do voto, comprando ostensivamente convencionais. Apesar de tudo, venceu por uma margem apertada de 86 votos (389 a 303).

Página 3

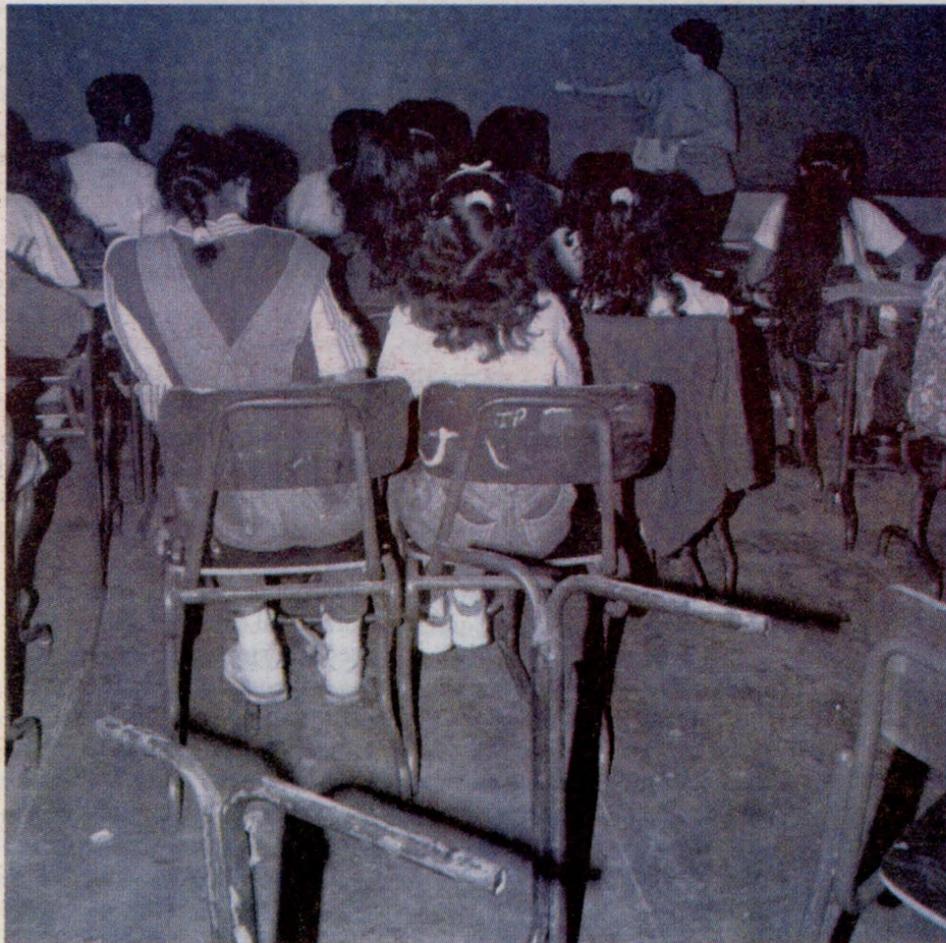
A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

A falta de educação de Fernando Henrique



Sala de escola pública em S. Paulo: superlotada e com carteiras quebradas

Durante seus quatro anos de governo, Fernando Henrique cortou verbas para a educação e congelou os salários de professores e educadores. O país tem quase 30 milhões de analfabetos, e as escolas públicas estão sendo sucateadas. O percentual do Produto Interno Bruto destinado à educação

é inferior ao de países como a Colômbia, Benin ou Paraguai. Nas escolas particulares, as mensalidades estão liberadas, e o governo não cumpre sua obrigação de fiscalizar a qualidade do ensino. Fernando Henrique prepara o terreno para a privatização do ensino.

Página 5

Avançar na organização partidária

O Partido Comunista do Brasil realizou ativo para discutir as tarefas da organização e finanças partidária. O vice-presidente e secretário de Organização do PCdoB, Renato Rabelo, apontou quais são as tarefas emergenciais de organização e finanças

Páginas 2 e 7

Jornada pelo emprego e direitos sociais

A jornada nacional de luta pelo emprego e direitos sociais começa no dia 1º de maio e terá cinco caravanas. No dia 20 de maio haverá marcha sobre Brasília. Entre as propostas apresentadas está a redução da jornada de trabalho

Página 6

Protestos no Chile contra Pinochet

José Carlos Ruy

“É absolutamente sem lógica que uma pessoa que nunca foi eleita se instale no Senado”. A frase foi dita em setembro do ano passado pelo presidente do Partido Socialista do Chile, Camilo Escalona, contra o dispositivo constitucional que dá o direito aos ex-ocupantes da presidência da República de assumir uma vaga no Senado. Mas a falta de lógica – e, pior, de democracia – prevaleceu.

No dia 11 de março o general Augusto Pinochet, ex-ditador chileno, tornou-se o primeiro senador vitalício do Chile, obedecendo determinação da Constituição que ele mesmo promulgou. A transição democrática foi iniciada pelo plebiscito, em 1988, onde Pinochet foi derro-

tado. Uma ampla coalisão, encabeçada pelo democrata cristão Patricio Aylwin, assumiu em dezembro de 89. Mas a Constituição de 80, imposta por Pinochet, continuou em vigor e fez o ditador o comandante e chefe do Exército até 1997 e garantiu-lhe a vaga no Senado.

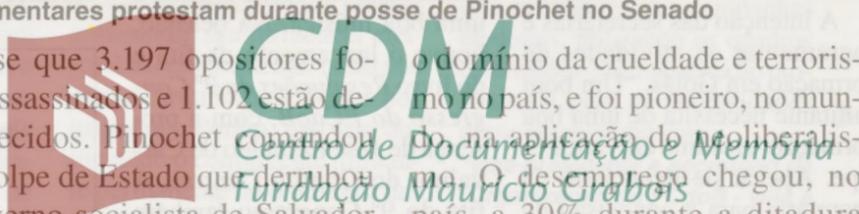
Desprezando a opinião pública de seu país e do mundo, Pinochet afastou-se das funções militares no dia 10 e assumiu o Senado no dia 11. Protestos populares multiplicaram-se no país desde o dia 4 de março. No dia 9, 10 mil pessoas protestaram em Santiago, a capital. No dia 11, novos protestos em Santiago e em Valparaíso, onde fica o Congresso. Nesse mesmo dia, foi criada a Frente Ampla por um Chile Democrático.

Sob a ditadura de Pinochet, cal-



Parlamentares protestam durante posse de Pinochet no Senado

cula-se que 3.197 oprimidos foram assassinados e 1.102 estão desaparecidos. Pinochet comandou um golpe de Estado que derrubou o governo socialista de Salvador Allende, em 1973. Seu governo foi o domínio da crueldade e terrorismo no país, e foi pioneiro, no mundo, na aplicação do neoliberalismo. O desemprego chegou, no país, a 30% durante a ditadura militar.





EDITORIAL

PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

Derrotar o vale tudo de FHC

Fisiologismo aberto, uso abusivo da máquina estatal, superexposição nos meios de comunicação, multiplicação da propaganda enganosa. Fernando Henrique Cardoso não mede esforços visando a reeleição em primeiro turno. A convenção do PMDB – que sequer valor jurídico tinha – foi uma amostra do volume de recursos e de forças que as tropas do Planalto utilizam ao longo deste ano para arrebatar votos para FHC.

Faz parte do projeto governista criar uma polarização artificial entre direita e esquerda no cenário político do país, para isolar as oposições. Objetivando alimentar esse falso clima, vale-se de jornalistas e analistas “chapa branca” em todos os meios de comunicação. Tal polarização seria o pano de fundo para atrair os setores de centro ao governo. Com isso, FHC vai levando o país a um regime autoritário constitucional – autoritarismo que pretende ainda reforçar com as reformas políticas constitucionais neste e no sonhado próximo mandato. Mesmo rumo adotado por Fujimori, no Peru, ou Menem, na Argentina. Os governistas valem-se, ainda, das divergências que ocorrem nos setores de centro e de esquerda, procurando aprofundar divisões e impedir a unidade oposicionista.

A contrapartida à ação governamental deve

ser a busca da unidade mais ampla contra as políticas neoliberais e anti-democráticas. Aglutinar todos os setores descontentes e insatisfeitos com os rumos impostos ao país pelo grupo dominante. Incorporar personalidades, entidades e partidos compondo um amplo leque de forças capaz de fazer frente à coalizão governamental.

A dimensão dos embates que estão sendo travados aponta para a necessidade do enfrentamento ao neoliberalismo não apenas nas vias eleitorais institucionais, mas também através da mobilização e fortalecimento das jornadas de lutas sociais, como as em defesa do emprego e da reforma agrária. O Brasil tem uma tradição democrática, uma história de lutas em defesa da liberdade, que deve ser resgatada no enfrentamento ao neoliberalismo e autoritarismo constitucional.

Os comunistas têm uma longa trajetória de construção da unidade contra os inimigos do povo. Da grande frente única anti-fascista, que antecedeu à Segunda Guerra, às atuais mobilizações em todo o mundo contra o neoliberalismo e a degradação das condições de vida dos trabalhadores. As batalhas atuais cobram de todos os opositores sagacidade e amplitude para construirmos a grande frente capaz de impedir os planos continuistas de FHC.

Comunistas discutem organização e finanças

Nos dias 6, 7 e 8 de março foi realizado o Ativo Nacional de Organização e Finanças do PCdoB, em Brasília, com a presença de 45 comunistas de 21 Estados. Espírito Santo, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul e Tocantins não enviaram representantes.

Foram discutidas questões ligadas ao Partido, a necessidade de uma nova situação organizativa, as Organizações de Base existentes e a militância. Renato Rabelo, Secretário Na-

cional de Organização, fez uma intervenção retratando o conjunto da militância (veja na página 7).

No dia 7, Jairo José, Secretário de Organização do PCdoB/SP, falou sobre as eleições e a conjuntura política atual. Foram apresentadas propostas de metas eleitorais para os Estados. A discussão sobre Finanças tomou conta do último dia. Ressaltou-se o caráter político da contribuição militante e sua importância estratégica para o Partido,

em especial em ano eleitoral. A prestação de contas do Partido referente a 1997, que deve ocorrer até o próximo 30 de abril, bem como a prestação de contas das campanhas eleitorais também foram apresentadas.

O ativo apontou a necessidade dos Comitês Estaduais iniciarem as atividades de campanha, assegurando uma assessoria jurídica e a contratação de um escritório de contabilidade para cuidar da prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral.

Atividades de formação no PCdoB goiano

As secretarias de Formação Teórica do Comitê Estadual de Goiás e do Comitê Municipal de Goiânia, sob a organização de Gilvane Felipe e Lúcia Ricon, respectivamente, promoveram curso de marxismo para os simpatizantes e filiados do PCdoB. Dividido em três módulos – Filosofia, Economia Política e Socialismo – a atividade envolveu 40 inscritos e contou com a participação da professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Madalena Guasco; do jornalista Umberto Martins e do dirigente comunista José Reinaldo de Carvalho.

A intenção das secretarias é incrementar as atividades de formação em Goiás. “Um bom militante necessita de uma boa formação”, resume Gilvane Felipe. Apesar de licenciado da secretaria para a conclusão da tese de doutorado, em Paris, Gilvane planeja mais ativida-

des. Para isso já pensa em realizar um curso de formação para jovens, em conjunto com a União da Juventude Socialista (UJS), nos dias 29, 30 e 31 de maio. “Esperamos contar com 40 participantes”, prevê Alexander Salenkov, funcionário da Secretaria de Formação. A intenção é dividir o encontro em três temas: Socialismo, Organização da UJS e Problemas Contemporâneos.

Lançamento

No dia 14 de fevereiro, houve um animado coquetel de encerramento do curso regado à uma boa música. Na ocasião, houve o lançamento da fita e do livro *Resoluções do 9º Congresso do PCdoB*, com a presença de José Reinaldo de Carvalho, do Comitê Central. A fita do 9º Congresso também foi exibida num telão instalado no salão da Faculdade de

Enfermagem e Nutrição (FEN) da UFG. Participaram o presidente estadual do PCdoB, Adalberto Monteiro; o deputado federal Aldo Arantes; os vereadores Fábio Torkarski e Olívia Vieira (Goiânia) e Sebastião Canindé (Porteirão), além de dezenas de filiados e simpatizantes do Partido.

A Secretaria de Formação, em conjunto com o Comitê Estadual, está construindo na sede do Partido uma sala de estudos que servirá também como biblioteca, na qual os militantes poderão fazer uso do acervo bibliográfico do PCdoB goiano.

Arantes: mandato a serviço dos trabalhadores e de Goiás

Apolinário Rebelo

O deputado federal Aldo Arantes (PCdoB-GO), foi eleito com quase 30 mil votos, em 1994, para seu terceiro mandato. Foi vice-líder do Partido em 1995 e 1996 e líder em 1997. Integrou a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante da Câmara, e as Comissões de Justiça, Economia e de Agricultura.

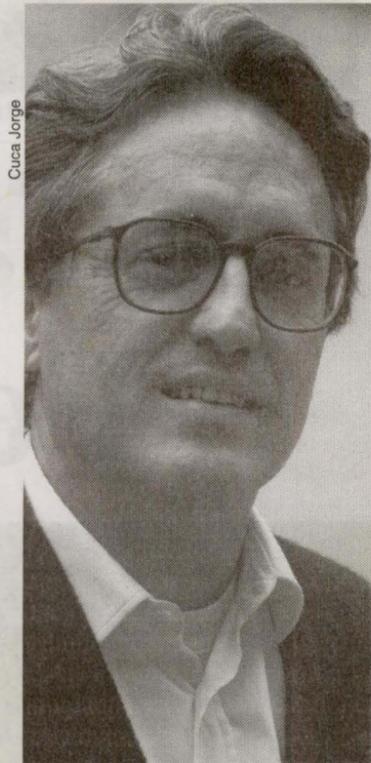
Na liderança do PCdoB, desempenhou importante papel na constituição do Bloco Parlamentar de Oposição. Negociou com habilidade e amplitude a nova lei eleitoral, levando à conquista de pontos importantes, sobretudo a retirada dos votos brancos para a formação do quociente eleitoral.

O mandato de Aldo Arantes deu atenção especial à luta pela liberdade de organização partidária, sindical, social, pelo direito de greve e pela solidariedade internacional. Esteve em Portugal, no Encontro Interparlamentar de Solidariedade ao Povo Timorense. Na Câmara, foi o principal articulador e coordenador do grupo de Solidariedade ao Povo Timorense, reunindo mais de 110 deputados. Esteve em Cuba, Coréia, China, Portugal, Noruega e México levando a solidariedade às lutas desses povos.

Aldo fez mais de 400 pronunciamentos, ficando entre os dez deputados que mais usam a tribuna em defesa dos interesses nacionais, democráticos e populares. É autor de 17 projetos de lei e emendas constitucionais estabelecendo limite para o pagamento de juros das dívidas interna e externa.

Arantes destaca-se como um dos estudiosos e especialistas na questão agrária. Propôs leis regulamentando o transporte de trabalhadores rurais, aumentando as tarifas do Imposto Territorial Rural-ITR para o latifúndio improdutivo, propondo a desapropriação de terras com trabalho escravo e medidas estabelecendo critérios claros para que se considere uma propriedade como produtiva.

Aldo também fez do mandato um instrumento em defesa de Goiás. Promoveu um seminário com entidades de empresários, pesquisadores e trabalhadores para discutir as consequências dos altos juros, da recessão e do desemprego sobre a economia estadual. Foi um dos articula-



Aldo: atuação ampla

dores das emendas coletivas do Estado de Goiás. Esteve atento à defesa do meio ambiente do Cerrado, do Vale do Araguaia e das vítimas do acidente com Césio 137.

Nas emendas ao orçamento da União, Aldo tratou da educação, saúde, do apoio ao pequeno produtor rural e das obras de saneamento básico. Além de Goiânia, buscou conquistar recursos para os municípios com carência em várias regiões de Goiás. Combateu o Fundo Estabilização Fiscal, que retirou R\$60 milhões dos municípios goianos.

Esteve presente nas principais atividades sindicais e nas lutas sociais de Goiás. Apoiou e participou da marcha dos sem terra. Visitou acampamento e ocupações. Somou força na luta dos servidores públicos, da saúde, dos estudantes. Combateu a privatização do patrimônio do Estado, principalmente a entrega da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Denunciou o plano de demissão voluntária estadual, que retirou servidores da saúde e da educação.

Visitou dezenas de municípios, prestando contas de sua atividade parlamentar, ajudando a estruturar o PCdoB, fazendo debates e palestras sobre o socialismo e o programa do Partido.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar incluiu Aldo Arantes entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Aldo é membro do Comitê Central do PCdoB.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guilmor Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça

Editoração Eletrônica: Marco Black - Administração: Francyse de Andrade Matarazzo

Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária

Rua Adoniran Barbosa, 153 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br



Em resposta à grosseira manipulação dos convencionais do PMDB pelo Planalto e seus fisiológicos, os que defendem a candidatura própria do PMDB revelam disposição para seguir até a disputa final, em junho. Em caso de derrota, uma certeza: FHC não

Corrupção e violência ameaçam democracia

Luiz Carlos Antero

Os defensores da candidatura própria do PMDB não se conformam com o resultado da convenção que apoiou FHC e vão lutar até junho, quando pretendem apresentar à convenção oficial os nomes do ex-presidente, Itamar Franco, e do senador Roberto Requião, para que um seja escolhido candidato do partido à presidência da República.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse a **A Classe Operária**: "Não lutamos para anular a convenção porque seria ridículo; ela não tem valor legal. E FHC não pode cantar vitória: tem hoje 34% das intenções de voto, o que significa que 66% dos brasileiros não votariam nele". Apesar da mídia, a Convenção Nacional do PMDB teve a excelência de mostrar ao povo brasileiro quem é o atual presidente, que tipo de gente o cerca e do que ele é capaz para atingir seus propósitos continuístas. Foi Itamar Franco, que qualificou de "calhordas" seus adversários, depois de ser humilhado sob diversas formas, quem tratou de definir a Convenção: "comprada".

Para eliminar um possível oponente na sucessão presidencial, o presidente da República promoveu um verdadeiro festival de corrupção e violência, com toda sorte de brutalidades, aliciamento agressivo à base da liberação de verbas e da quebra do sigilo do voto, comprando ostensivamente convencionais. Apesar de tudo, venceu por uma margem apertada de 86 votos (389 a 303). Este resultado exibiu um PMDB dividido ao meio e não garante a FHC a vitória nas convenções municipais e regionais de maio, e na convenção nacional de junho, que definirá realmente se o partido terá ou não candidatura própria.

Balcão de negócios

No entanto, comprar é um verbo ameno demais para qualificar os deploráveis acontecimentos. O balcão de negócios do Palácio do Planalto vem funcionando e comprometendo a democracia no País desde o início do governo Fernando Henrique e da legislatura. O presidente comprou os votos da maioria dos parlamentares todas as

vezes que uma decisão de comissão ou de plenário foi vital para aplacar a vontade dos seus tutores internacionais, em nome da confiabilidade do Brasil enquanto paraíso de investidores.

A determinação para demolir os capítulos da Constituição (da Ordem Econômica e Social, passando pela legislação complementar, à lei mais banal) percebidos como entrave à plena inserção do país na atual ordem neoliberal, foi acompanhada do convencimento material que contemplou as pretensões fisiológicas mais absurdas. Cargos e liberações de verbas foram instrumentos usuais do poder, mas os anões (ou ratos) de orçamento e "sérgios nayas" foram os personagens comuns do ambiente parlamentar mais beneficiados.

A recíproca foi plena. Num dos casos, foi o deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), um amigo de primeira hora do construtor e deputado Sérgio Naya que, em última instância, contratou os capangas que respaldaram a vitória de FHC. Os ministros Eliseu Padilha, dos Transportes, e Iris Rezende, da Justiça, atuaram diretamente no aliciamento e financiamento com recursos públicos da infraestrutura montada pelos governistas.

Ações ilícitas

Com o predomínio da violência de grupos de policiais de Goiás a soldo do Planalto, que ingressaram no plenário da Câmara dos Deputados antes dos convencionais, utilizando a entrada exclusiva dos deputados por via direta do presidente da Casa, Michel Temer, as dependências do Parlamento brasileiro reviveram o cenário do filme Z, de Costa Gavras (que narra o ambiente de violência que culminou no assassinato de um

deputado grego por marginais a soldo da ditadura), ou das façanhas "legislativas" do Duce Benito Mussolini no curso de sua ascensão ao poder na Itália.

Cada jagunço ou moçoila contratados recebeu R\$ 40 para conturbar a convenção e garantir a claqué para os governistas. O próprio Temer, ladeado pelo senador Jäder Barbalho (PA), autor de ações ilícitas que Itamar traduziu como volumosas, e pelo deputado Geddel Vieira Lima (BA), de presença marcante entre os bandidos da CPI do Orçamento, tentou ocupar a mesa no início da convenção. Foi impedido por três convencionais que disseram a Jäder: "Na cadeira do presidente sentará o presidente do partido, Paes de Andrade".

Após a convenção, Paes deplorou para **A Classe** o abuso do poder político em desfavor da liberdade do voto, caracterizou o vandalismo como crime eleitoral previsto no artigo 237 do código eleitoral, que prevê severas sanções, e reafirmou que a convenção não gera efeitos jurídicos. Paes não renunciará ao cargo mesmo sabendo que a intenção do bando de FHC é sua deposição.

Foi o que ficou evidente no dia seguinte (segunda, 2 de março), quando os governistas foram ao Palácio do Planalto para render homenagens a FHC e cobrar dele tratamento semelhante, pelo menos, ao que é proporcionado ao PFL. Em nome dos entreguistas do PMDB, Barbalho pediu apoio para os candidatos da legenda

aos governos estaduais e lugar destacado no comando da campanha para a reeleição.

Respeito e liberdade

A opinião que vem prevalecendo é a de que a deposição de Paes é um gesto de inabilidade política que pode fomentar ainda mais o crescimento do seu nome e do ideário mais nacionalista no PMDB. A conduta irreparável do antigo líder do grupo autêntico do MDB - que tantos aborrecimentos causou ao regime militar - no resgate de uma tradição negada pelos fisiológicos do partido, fez elevar muito o respeito e sua liderança entre os que apresentam uma visão mais programática.

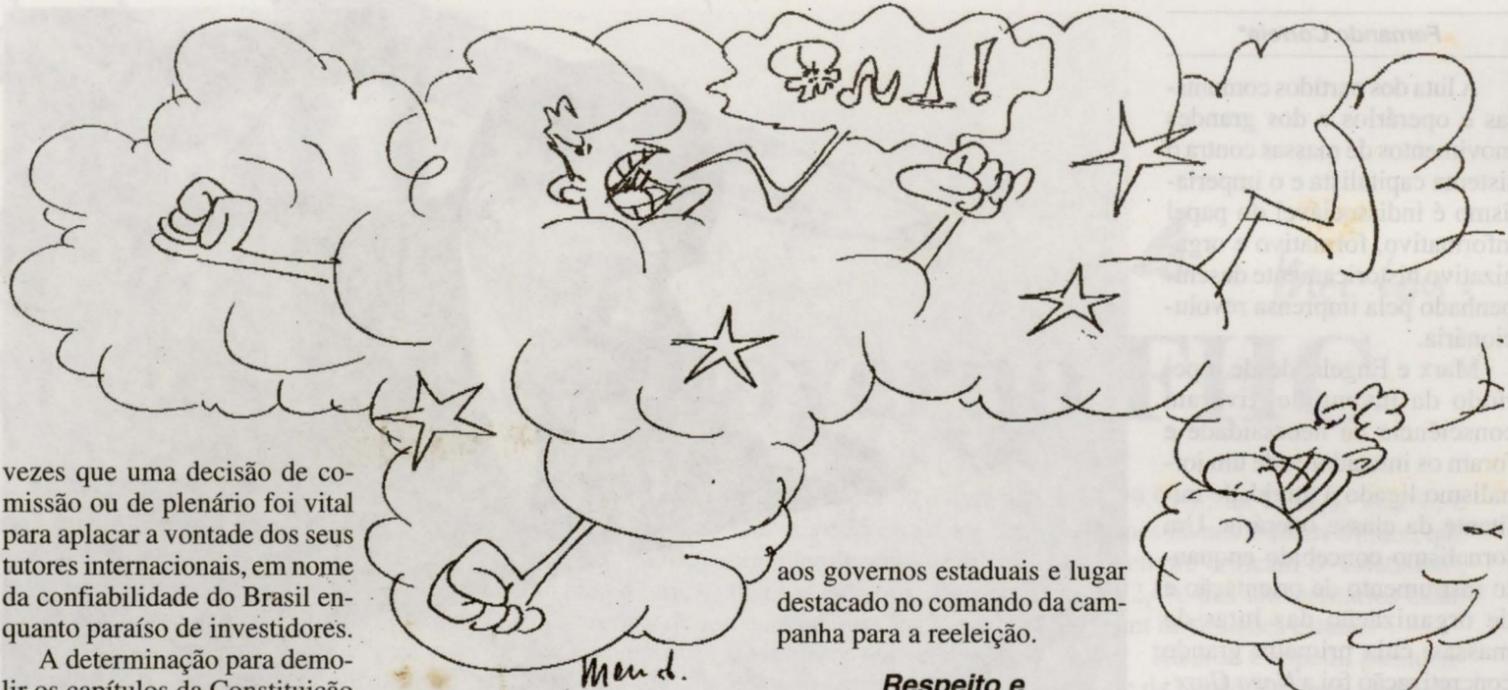
A deposição de Paes poderá rachar de vez a legenda, descaracterizando o que mais interessa aos governistas em suas barganhas com o Planalto: a mercadoria negociável do "grande partido" que, rachado, não servirá do mesmo modo aos fisiológicos em sua disputa com o PFL e com o PSDB pela hegemonia na base governista. Além disso, a mudança teria que atingir todo o diretório, pois o vice de Paes é Marcelo Barbieri (SP), tão determinado e pertinaz quanto o presidente.

A batalha decisiva, reservada para junho, será precedida por convenções que tendem a ser muito disputadas. Os oito governadores do PMDB e os candidatos às sucessões estaduais, que julgam como fundamental o apoio de FHC, quebrarão para conquistar direções e convencionais. Repetirão a conduta de aliciamento alimentada pelo fisiologismo. O lema de bajulação que assinou faixas, cartazes e camisetas:

"Sou PMDB, vou de FHC".

Os resistentes, fortalecidos pela nova indignação que brotou dos acontecimentos, vão à luta com chances que dependem de indicadores diversos, especialmente do agravamento das dificuldades do povo e da economia de inspiração neoliberal. Afinal, o governo está diante de uma situação delicada, que inclui a sustentação do câmbio, dos juros estelares e medidas para assegurar o equilíbrio das contas externas, cada vez mais difícil. Com isso, mantém alta e faz crescer continuamente a taxa de desemprego aberto que o IBGE, com os números de janeiro, admite ser a maior desde 1985. Numa medida que inclui ocupados sem rendimento e com rendimento inferior a um salário mínimo, a taxa para as principais regiões metropolitanas não é de 7,3% - que já é alta -, mas de 12% a 15% da população ativa, segundo o IBGE, que se aproxima do Dieese e dos seus 16,6%.

A menos sutil obrigação que FHC terá pela frente decorre da enxurrada de compromissos que assumiu com os governistas de todas as origens, que dependem de muito movimento de caixa. O mais recente envolveu o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, e os votos dos "seus" convencionais, numa renegociação bilionária da dívida do Estado e até mesmo dos precatórios que vêm sendo relembrados judicialmente. E, até agora, ninguém explicou porque doleiros de alto coturno rondavam com tanto interesse a convenção de um partido tão brasileiro.





Este artigo foi publicado na revista *O Militante*, do Partido Comunista Português. Discute o papel da imprensa e como os comunistas devem encará-la. Tem grande atualidade e contribuirá para a compreensão do tema. Por ser extenso, publicaremos em duas partes

Lênin e a imprensa revolucionária

Fernando Correia*

A luta dos partidos comunistas e operários e dos grandes movimentos de massas contra o sistema capitalista e o imperialismo é indissociável do papel informativo, formativo e organizativo historicamente desempenhado pela imprensa revolucionária.

Marx e Engels, desde o período da juventude, tiveram consciência da necessidade e foram os iniciadores de um jornalismo ligado à atividade militante da classe operária. Um jornalismo concebido enquanto instrumento de orientação e de organização das lutas de massas, cuja primeira grande concretização foi a *Nova Gazeta Renana* (1848), que Lenin viria a considerar “o melhor, insuperável órgão do proletariado revolucionário”.

Na direção e edição do jornal, Marx e Engels trabalhavam juntos: Marx era o chefe de redação e Engels o seu mais direto colaborador. Recordaria este mais tarde: “As coisas de Marx e as minhas daquele tempo são, em geral quase inseparáveis, devido à divisão planificada do trabalho”. E noutra ocasião: “Eram tempos de revolução”, durante os quais “trabalhar na imprensa cotidiana é um prazer. Vê-se o efeito de cada palavra diante dos olhos, vê-se como os artigos caem como se fossem granadas e como a carga explosiva rebenta”.

Meio século mais tarde, porém, estavam criadas as condições para ir mais longe e mais fundo. Cabe a Lênin o mérito de o ter conseguido. Como dirigente partidário, definiu a missão do órgão central enquanto ferramenta ao serviço da luta revolucionária e da construção do partido; como dirigente do Estado soviético, atribuiu à imprensa uma decisiva e insubstituível tarefa na edificação da nova sociedade; como responsável de publicações, preocupou-se com os diversos aspectos da sua produção - administrativos, gráficos, estilísticos, de distribuição, etc; como teórico da imprensa e do jornalismo, abordou de forma inovadora não só a função e o funcionamento do órgão partidário, quer antes quer depois da Revolução, mas também temas como o lugar da imprensa na sociedade de



Lênin folheia o *Pravda*, órgão central do partido comunista da Rússia

classes e os conceitos e valores burgueses de jornalismo. E, como todo o autêntico jornalista, foi sempre, até ao fim da vida, um infatigável leitor de jornais...

Evocar estes tempos não significa procurar no passado modelos para aplicar mecanicamente no presente. Mas para os que nos dias de hoje se encontram do mesmo lado da barricada e se empenham numa luta movida pelos mesmos ideais, não é indiferente conhecer as razões que levaram a dar tanta importância à imprensa partidária e os motivos que fizeram com que lhe fossem dados determinados contornos. Sem esquecer que, entre nós, durante mais de quatro décadas, houve um jornal que, nas concretas e específicas condições nacionais mas no quadro das melhores tradições da imprensa revolucionária, resistiu e lutou contra o fascismo em ligação estreita com a atividade partidária: o *Avante!*, órgão central do PCP.

As realidades de hoje são muito diferentes. Mas como não reconhecer flagrante atualidade, em muitos aspectos, às análises e opiniões de Lênin, por exemplo, sobre os critérios, objetivos e concepções das classes dominantes acerca da imprensa ou sobre o conteúdo e o estilo dos jornais operários? E como não ver na publicação do *Avante!* clandesti-

no, na sua vida e na sua luta, uma fonte de inspiração para as tarefas de hoje (em condições e com exigências muito diversas) da imprensa comunista?

A missão da imprensa revolucionária

A parte mais substancial da herança leninista chegou-nos através dos testemunhos da sua permanente intervenção no quadro das situações concretas com que se foi confrontando. Esses testemunhos consistem não só em brochuras e ensaios, cartas e discursos, relatórios e recomendações, mas também em muitas centenas de artigos, comentários e notas publicados em dezenas de jornais e revistas.

Entre Lênin e a imprensa estabeleceu-se uma relação natural. Tendo percebido o tipo de relações existentes entre o jornal e o cotidiano das pessoas e a capacidade da imprensa de influir sobre elas e contribuir para a transformação das realidades através da ação de massas, aproveitou e utilizou o jornal como instrumento privilegiado para a sua (dele e do partido) intervenção na prática política e na luta ideológica.

Como reflexo da grande importância por ele dada à imprensa como meio de comunicação e de ligação com as massas (recorde-se que se tratava do único grande meio de comunicação

social existente naquele tempo), Lênin transformou o próprio jornal em objeto de análise teórica - uma análise não feita uma vez por todas, mas em conexão com a evolução da realidade política, económica e social.

Em épocas diferentes entendeu a missão da imprensa também de maneiras diferentes. Em 1900, quando se tratava de criar o partido e enraizá-lo na classe operária e nos trabalhadores, apontou para a imprensa uma função que já não seria a mesma quando, depois de Outubro de 1917, o principal objetivo era vencer a contra-revolução, combater os resquícios do passado e construir a sociedade socialista.

O que sempre permaneceu - e por isso ter permanecido é que o resto mudou - foi uma análise baseada em claras posições de princípio e a fidelidade ao marxismo enquanto íntima ligação da teoria à prática e da prática à teoria, ambas em permanente e criadora relação dialéctica.

Por exemplo: em dado momento, quais as relações e a força relativa das classes? Quais as formas de que se reveste a luta de classes? Qual a sua tradução na luta ideológica? Qual o reflexo desta na consciência e na ação das massas? Quais as tarefas prioritárias e quais os meios para as concretizar? Como se compreende se tivermos em conta estas relações? (veremos em

validade e operacionalidade, aliás, se mantêm atuais -, Lênin não poderia dar da missão da imprensa (ou da tática partidária, da política de alianças, etc.) uma definição abstrata, alheia à realidade concreta e às exigências da prática política revolucionária.

A importância que Lênin atribuía à imprensa e a atenção que sempre lhe concedeu (atenção que, não por acaso, surgiu ao mesmo tempo que os seus primeiros passos na atividade política) resultava fundamentalmente da noção que tinha da decisiva contribuição que ela poderia dar à concretização do objetivo essencial: a conquista pelo proletariado da liberdade, da justiça e do progresso para todo o povo, isto é, o derrube do regime absolutista e a construção da sociedade socialista.

Reconhecendo a grande importância da imprensa como fenómeno social, ele pensava ser impossível desligar a atividade jornalística e editorial da atividade política e partidária. Mais: a imprensa teria que ser encarada como uma arma de luta nesse terreno. A sua atitude parte, sem subterfúgios, de um ponto de vista marxista e revolucionário e assenta numa posição de classe que não se esconde atrás de mentiras e hipocrisias, tais como as propaladas na Rússia de então pela imprensa burguesa sobre a “liberdade” e a “democracia”.

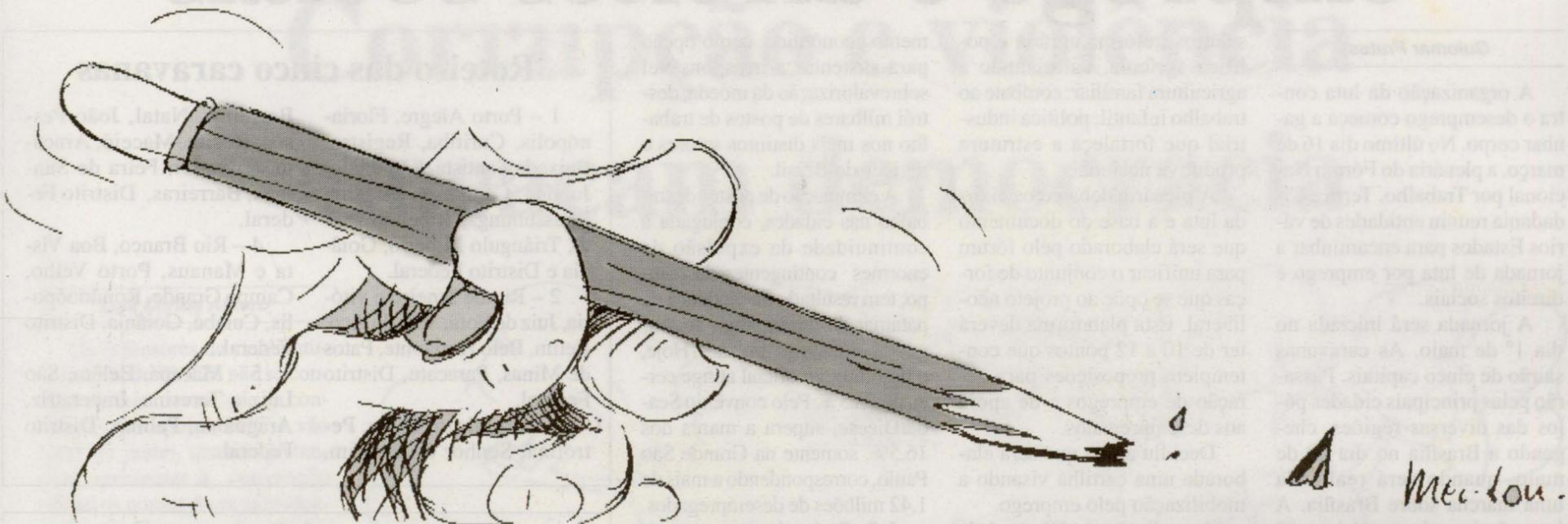
Para Lênin, porém, não se tratava de tirar da imprensa qualquer pretensão “neutralidade” que ela, por definição, possuiria, desviando-a e comprometendo-a no combate político e ideológico; tratava-se, sim, de pôr nas mãos do proletariado, ao serviço da luta de classes, tal como a burguesia o fazia em seu próprio proveito, ainda que escondendo essa utilização sob a capa de frases empoladas sobre a “liberdade de imprensa”, a “objetividade”, a “independência”, etc..

Esta é uma das ideias de base em que assentam os principais conceitos e análises de Lênin no terreno quer da imprensa partidária, quer das concepções pretensamente “democráticas” da burguesia.

*Jornalista da revista *O Militante*, do Partido Comunista Português (PCP).



A educação era uma das prioridades da campanha de FHC, em 1994. Durante seu governo, continuou sendo alvo de promessas. Mas, de concreto, sofreu cortes no orçamento, congelamento de salários de funcionários e professores e degradação da qualidade



A má educação do governo FHC

Carlos Pompe

Entre 1990 e 1996, o Brasil destinou 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação, menos do que o Chile (3,6%) e o México (3,8%). Bélgica, Dinamarca e Holanda, destinaram de 1986 a 1993 mais de 10% de seus gastos. Nesse mesmo período, outros países bem mais pobres que o Brasil investiram no setor mais de 20%, entre eles Benin, Colômbia, Maurítânia e Paraguai.

O resultado desse descaso é desconcertante: em recente pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), os alunos brasileiros disputaram com Moçambique o pior desempenho em matemática e ciência. Outras pesquisas, produzidas pelo Ministério da Educação, com parâmetros da ONU, testaram o desempenho da rede escolar de cada Estado, e os estudantes acertaram, em média, 43% das questões. Esse desempenho está próximo dos maus alunos franceses e americanos. Os piores estudantes suíços acertaram 50% das questões de matemática.

Essa prova foi aplicada em 1996 em 125 mil alunos de 2.833 escolas públicas e privadas brasileiras. Os resultados foram melhores nos Estados onde os professores ganhavam um pouco mais e onde houve continuidade administrativa nos projetos pedagógicos, mas isso não levou o governo a melhorar os salários dos professores.

Quase 30 milhões de analfabetos

O Brasil, com quase 150 milhões de habitantes, é o 63º na classificação de Desenvolvimento Humano da ONU. É o penúltimo em distribuição de riquezas, com 18,9% da população completamente analfabe-

ta (na América Latina, o índice de analfabetos é de 8,6%). No Estado do Ceará, o índice de analfabetismo chega a 31,1%. Estudo da Secretaria de Educação cearense descobriu crianças na 3ª série do 1º grau completamente analfabetas.

Atualmente, 8,8% das crianças de 7 a 12 anos estão fora da escola no Brasil. Os alunos passam, em média, oito anos na escola para completar 3,9 anos de escolaridade, muito inferior à escolaridade média de 6,8 anos de outros países da América Latina. A taxa de repetência no ensino básico chega a 20%, muito acima dos 6,1% de outros países do subcontinente.

A grande maioria dos mais de 5.500 municípios tem dificuldades para administrar o ensino fundamental. O Conselho Nacional de Educação pediu ao Ministério da Educação que recontrate 250 mil professores "leigos" (que não se formaram) demitidos. A remuneração é baixíssima. Um secretário de Educação no Norte admitiu que a média salarial do professor primário em seu Estado ficava em torno de R\$ 50.

Foi solicitado ao Ministério Público Federal a instauração de inquérito para investigar ilegalidade no valor de R\$ 315 por aluno estabelecido pelo governo FHC para o ensino fundamental, neste ano. O governo descumpriu a lei que criou o fundão, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Esse valor teria de ser R\$ 437.

Não chega a 16% o total de alunos entre 15 e 19 anos matriculados no segundo grau no Brasil. No México, este índice é de 55%. No Japão o índice é de 99% e na Coreia do Sul é de 94%. A demagogia tucana federal é repetida nos governos

estaduais aliados a Fernando Henrique. Em São Paulo, o governo Mário Covas, do PSDB, anunciou concurso para 47 mil professores de 5ª a 8ª série e de 2º grau entre agosto e setembro próximos (véspera das eleições). Esse tipo de concurso não existe há pelo menos cinco anos. Detalhe: o governo demitiu 20 mil professores temporários em 1998. Na passagem do primeiro para o segundo ano de sua gestão (95-96), Mário Covas demitiu outros 27 mil professores. A rede paulista este ano deverá fechar o quadro de professores em 210 mil pessoas. Em 1995, eram 240 mil.

Nível de escolaridade influi nos salários

No governo FHC, o nível de escolaridade do trabalhador não melhorou. Ficou estagnado em 4 anos na média, enquanto na Argentina é de 9,2 anos e no Uruguai 8,1. O descaso governamental com a educação agrava ainda mais a situação dos trabalhadores. Os salários são ferozmente arrojados. Segundo pesquisa dos economistas Edgard Luiz Alves e Fábio Veras, do Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (Ipea), em 1988 o trabalhador de São Paulo com 1º grau completo tinha um rendimento médio de R\$ 1.210,00. Em 1995, para receber um salário médio menor, de R\$ 890,00, precisava ter o 2º grau. Os economistas alertam que o mercado de trabalho tende a ficar cada vez mais qualificado e seletivo em consequência da rápida modernização tecnológica.

No ensino superior (faixa etária de 19 a 24 anos), o índice de estudantes no Brasil não chega a 12%, enquanto na Argentina é de 40% e no Chile e na Bolívia, de 20,6%. O sistema universitário público brasileiro

é formado por 39 universidades federais e 25 estaduais, além de algumas dezenas de estabelecimentos isolados; meio milhão de estudantes estão matriculados nelas, o que representa 40% dos universitários; os demais estão nas 490 instituições privadas, que compõem o setor que mais cresce (no momento há 140 pedidos de reconhecimento de universidades privadas, além das 59 já existentes). A rede pública (federal e estadual) está estagnada e com recursos reduzidos ano a ano.

Em novembro, o governo FHC cortou em 10% as verbas para bolsas de estudo, mesmo jurando que não haveria cortes na educação. A principal consequência da redução deve ser a estagnação dos programas de pós-graduação. "O sistema não iria crescer eternamente, mas uma mudança abrupta desorganiza o sistema. Em longo prazo, alguns programas podem até desaparecer", diz o Sérgio Henrique Pereira, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Preparando o terreno para a privatização

"Há fortes indícios de que o governo pretende ampliar a participação do setor privado na área educacional", denuncia o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), professor Augusto Cesar Petta. "Atualmente", diz o professor, "o ensino privado já responde por 23,4% da educação pré-escolar, 11,6% da fundamental e 20,8% do ensino médio. No caso do ensino superior, 58,4% dos alunos estão em instituições privadas e 41,6% nas escolas públicas. Um absurdo. Na Argentina, 90% dos universitários estudam em escolas públicas; na Inglaterra,

99,99%; na França, 92,2%; e mesmo nos Estados Unidos, que sempre criticam o 'estatismo', 72,4% dos universitários estão em instituições estatais".

Ricardo Cappelli, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), alerta que o governo está impondo no ensino os valores do mercado: "o ministro Paulo Renato, da Educação, chegou a afirmar que a mensalidade escolar não é problema do governo, mas do mercado. As medidas governamentais têm levado à queda da qualidade do ensino público, à quebra da democracia nas universidades, ao corte de verbas, e podem preparar a privatização das verbas para a educação. A instituição do 'provão' como método de avaliação do ensino superior poderá acarretar no fechamento de universidades federais e um reforço para o ensino privado".

Uma universidade particular de São Paulo trouxe para dar palestras no Brasil o professor Richard Hufeman, diretor de projetos da Escola de Administração de Empresas da Universidade Central da Flórida. Ele defende que a educação deve ser privatizada: "Se a privatização funcionar para a indústria pode funcionar para a educação", afirmou. Para Hufeman, o Estado só deveria ser responsável por facilitar o acesso dos estudantes pobres às universidades, através de bolsas.

É essa a real intenção que se mostra por trás das ações do governo de FHC na área da educação. Uma política de sucateamento da rede pública, do ensino fundamental ao universitário, e fortalecimento da rede privada. E, a continuar nesse rumo, a futura privatização das escolas, como já se avizora em algumas escolas proprietárias das chamadas "escolas pagas".

Jornada nacional de luta pelo emprego e direitos sociais

Guiomar Prates

A organização da luta contra o desemprego começa a ganhar corpo. No último dia 16 de março, a plenária do Fórum Nacional por Trabalho, Terra e Cidadania reuniu entidades de vários Estados para encaminhar a jornada de luta por emprego e direitos sociais.

A jornada será iniciada no dia 1º de maio. As caravanas sairão de cinco capitais. Passarão pelas principais cidades pólos das diversas regiões, chegando a Brasília no dia 20 de maio, quando será realizada uma marcha sobre Brasília. A intenção é reunir, no mínimo, 50 mil pessoas. Já no dia 17 de maio será instalado o acampamento nacional pelo emprego.

Durante a preparação da jornada, algumas propostas serão debatidas com a sociedade, tais como: redução imediata da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de

salários; reforma agrária e política agrícola, valorizando a agricultura familiar; combate ao trabalho infantil; política industrial que fortaleça a estrutura produtiva nacional.

A plenária debateu os eixos da luta e a base do documento que será elaborado pelo fórum para unificar o conjunto de forças que se opõe ao projeto neoliberal. Esta plataforma deverá ter de 10 a 12 pontos que contemplem proposições para geração de empregos e de apoio aos desempregados.

Decidiu ainda que será elaborada uma cartilha visando a mobilização pelo emprego.

A avaliação do Fórum é de que cada vez é mais difícil para o governo sustentar a tese de que a política econômica nada tem a ver com o desemprego. A ausência de políticas públicas de desenvolvimento, a concentração da terra que produz milhões de excluídos no campo e na cidade e o recorrente uso do desaqueci-

mento econômico, como opção para sustentar a irresponsável sobrevalorização da moeda, destrói milhares de postos de trabalho nos mais distintos setores e regiões do Brasil.

A eliminação de postos de trabalho nas cidades, conjugada à continuidade da expulsão de enormes contingentes do campo, tem resultado na mudança de patamar do desemprego ao longo dos últimos quatro anos. Hoje, o desemprego oficial atinge cerca de 7,25%. Pelo convênio Seade/Dieese, supera a marca dos 16,5%, somente na Grande São Paulo, correspondendo a mais de 1,42 milhões de desempregados.

João Batista Lemos, secretário sindical do PCdoB e um dos coordenadores do Fórum, diz que "é necessário um grande esforço para garantir o êxito deste movimento". Avalia ainda que, apesar de ser ano eleitoral, "é possível e necessário compatibilizar as eleições com a luta de massas".

Roteiro das cinco caravanas

1 – Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Registro, Baixada Santista, São Paulo, Jundiaí, Campinas, Limeira, Pirassununga, Ribeirão Preto, Triângulo Mineiro, Goiânia e Distrito Federal.

2 – Rio de Janeiro e vitória, Juiz de Fora, Vale do Aço, Betim, Belo Horizonte, Patos de Minas, Paracatu, Distrito Federal.

3 – Fortaleza, Crato, Petrolina, Senhor do Bonfim,

Barreiras, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Feira de Santana, Barreiras, Distrito Federal.

4 – Rio Branco, Boa Vista e Manaus, Porto Velho, Campo Grande, Rondonópolis, Cuiabá, Goiânia, Distrito Federal.

5 – Macapá. Belém, São Luiz e Teresina, Imperatriz, Araguaina, Palmas, Distrito Federal.

Calendário da jornada

31/3 – Dia nacional de luta por uma Previdência pública e de qualidade, com atos nas principais cidades.

1/4 – Dia nacional da mentira do governo FHC. Cada setor organizará atos públicos de denúncias.

2/4 – Lançamento do cadastro dos desempregados.

17/4 – Dia nacional de luta pela terra e contra os juros altos.

1/5 – Dia do Trabalhador, com manifestações nas principais cidades brasileiras; o ato nacional será em São Pau-

lo, capital; lançamento da caravana nacional pelo emprego e por direitos sociais.

13/5 – Acampamento do movimento negro, em Brasília.

17 a 20/5 – Acampamento nacional pelo emprego, em Brasília.

18/5 – Chegada da caravana da moradia em Brasília.

20/5 – Grande manifestação pelo emprego, com marcha sobre Brasília; manifestações pelo emprego nas embaixadas brasileiras de diversos países.

Congresso da Conam vai reforçar luta por moradia

Nos dias 4 e 5 de Abril, em Aracaju (Sergipe), será realizado o Congresso Extraordinário da Confederação Nacional de Associações dos Moradores (Conam). Deverão participar mais de 250 lideranças comunitárias de todos os Estados do Brasil, eleitas em plenárias estaduais das uniões e federações de associações de moradores, sociedades de amigos de bairros e comunitárias, filiadas à Conam.

O Congresso terá como tema principal *A Estruturação e Reorganização da Conam e sua relação com o movimento comunitário e popular*. O tema foi escolhido em função da necessidade de melhor adequar o funcionamento da Conam e à necessidade de sua atuação se voltar para a defesa do direito à moradia e luta contra o desemprego.

Segundo Edmundo Fontes, presidente da entidade, "pretendemos reformular o caráter político deste congresso, mantendo a Conam como referência nacional do

movimento comunitário e de luta pelo direito à moradia."

A intenção é que o Congresso aprove um plano de lutas com prioridade para a mobilização das associações de moradores na organização dos comitês contra o desemprego e no cadastramento dos trabalhadores desempregados.

O congresso vai debater ainda a participação na Caravana Nacional Por Emprego e em Defesa dos Direitos Sociais, que acontecerá de 17 a 20 de maio em Brasília (DF). Esta atividade está sendo convocada pelo Fórum de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, que reúne várias entidades nacionais e partidos políticos, como a CUT, MST, UNE, Ubes, UBM, PT, PCdoB, entre outras.

Edmundo Fontes diz que a Conam tem participado desta articulação por compreender que a luta contra a política anti-social do governo FHC necessita da unidade ampla das forças populares e a aplicação do projeto neoliberal no país.



Plenária de São Paulo teve presença de 180 dirigentes sindicais

Plenária da CSC prepara mobilização

A 4ª Plenária Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) será realizada de 3 a 5 de abril, em Guarapari, Espírito Santo. O ato de abertura será no dia 3, às 14 horas.

A direção nacional da CSC avalia que o desafio do movimento sindical e, em especial, do sindicalismo classista, é dar uma resposta contundente e eficaz ao patronato e ao governo, que constroem os trabalhadores a uma posição defensiva, com o aumento do desemprego e a imposição de acordos que consagram a redução dos salários, enquanto promovem contra-reformas que

liquidam direitos sociais, precarizam ainda mais os contratos e condições de trabalho. Ao mesmo tempo, acelera-se o processo de desnacionalização da economia, subordinando o país aos interesses de agiotas e entregando empresas estratégicas ao controle do capital estrangeiro.

As eleições deste ano serão outro tema a constar da pauta.

As plenárias estaduais da CSC elegem os delegados para a plenária nacional. No segundo final de semana de março, foram realizadas três plenárias estaduais. No Rio Grande do Sul, reuniram-se 120 dirigentes

sindicais e, na plenária de Santa Catarina, 40 estiveram presentes.

Em São Paulo, foram 180 dirigentes de 40 entidades sindicais. A maior bancada desta plenária foi a do Sindicato dos Condutores, que levou 36 trabalhadores. A CSC ganhou a eleição para os condutores no ano passado.

No próximo final de semana serão realizadas as plenárias estaduais da Bahia, Minas Gerais, Amazonas, Ceará, Piauí e Rio de Janeiro.

As inscrições devem ser feitas, no máximo, até o dia 27 de março.



Fortalecer e alargar a base militante do Partido

Renato Rabelo*

A razão de ser do Partido Comunista reside no seu grandioso ideal de tornar realidade a sociedade sem classes. A categoria construção partidária se constitui de três partes: a política, como fator orientador; a ideológica, como fator aglutinador; a orgânica, como fator realizador. A realidade político-ideológica do Partido é que vai condicionar e "definir" a resultante organizativa. Em contrapartida, a organização pode ser também uma alavanca na construção partidária, à medida que sua função e estrutura se habilite, cada vez mais, a propiciar ampla atividade política e de massas.

A atividade organizativa do PCdoB tem permitido atingir um maior círculo de massas. O trabalho de filiação partidária se expandiu (200 mil filiados considerada a fase de filiação "cartorial") e principalmente cresceu, apesar do baixo ritmo, a militância de base (de cerca de 15 mil no 8º Congresso, para 20 mil no 9º Congresso).

Militância jovem

Hoje, a militância é jovem (48% possuem até 29 anos e, somados com os de até 39 anos, o percentual sobe para 84%). 62% são homens e 38% de mulheres; 17,4% são operários, 16% são profissionais de nível superior.

Quanto à escolaridade, em cada 10 militantes de base, quatro têm o curso primário, quatro o secundário e dois têm o superior. Aproximadamente, metade dos militantes de base tem até 2 anos de filiação partidária. Constatamos também que 84,85% não lêem a revista **Princípios** e 80% não lêem a **Classe**. E 85% em média não contribuem regularmente com o Partido. A formação teórica-política da militância é muito precária. Para completar, prevalece a inorganicidade básica entre a militância.

A militância de base é jovem, tem nível de escolaridade básico, trabalha e estuda. Entretanto, possui baixa formação política e partidária, é pouco disciplinada e não tem atuação organizada regular.

O número de organizações de base não passa de 7 centenas. Muitas são formadas em função da atividade de categorias profissionais e outras com funcionamento irregular e restrita atividade política. As organizadas nos locais de trabalho são minoria.

O Partido tem núcleos dirigentes relativamente estáveis no Comitê Central, na maioria dos

Comitês Estaduais e em alguns Comitê Municipais. A relação de quadro dirigente para militante de base situa-se aproximadamente na razão de um para três. Os quadros dirigentes dos comitês estaduais e grande parte dos núcleos dos comitês municipais compõem-se de 75% de homens e 25% de mulheres. Têm faixa média de 30 a 39 anos de idade (41,40%); 61,40% têm curso superior completo ou estão cursando algum.

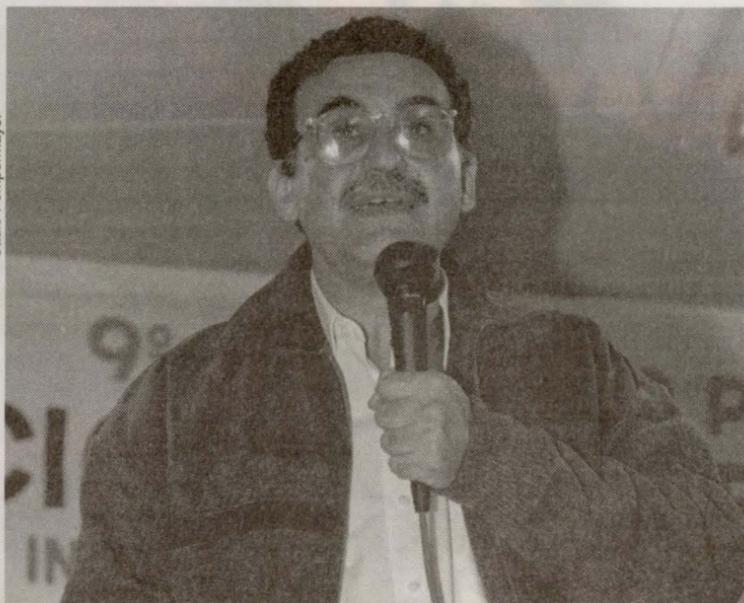
Os profissionais do Partido, funcionários e liberados pelas entidades, perfazem um total de 46,14% dos quadros (mais de 350 comunistas). Mais de 90% estão vinculados a um organismo partidário regular e contribuem regularmente com o Partido; 88,25% lêem **Princípios** e 92,98% lêem **A Classe**. O **Programa do Partido** foi lido por mais de 90% e o **Manifesto Comunista** por 82,46%. E 54,56% leram, ainda que parcialmente, **O Capital**. 86,36% lêem pelo menos um jornal diariamente ou quase diariamente. Em cada 10 dirigentes, oito já fizeram algum tipo de curso no Partido. Os operários são absoluta minoria (8,42%) entre os quadros dirigentes. Quase a metade desses quadros é servidor público ou possui uma profissão de nível superior.

Grande passo foi dado na constituição de uma estrutura de quadros, na formação de importantes lideranças partidárias e políticas. A dificuldade é que não se conseguiu promover maior quantidade de quadros de procedência popular e operária, prevalecendo influências elitistas nos critérios de seleção e promoção dos dirigentes.

Tarefa mais importante

O lado mais débil do trabalho organizativo encontra-se na quantidade e qualidade do contingente dos militantes, dos ativistas partidários e no nível de formação das unidades básicas do Partido. O número de militantes é bastante reduzido. O Partido acaba se tornando um Partido de quadros. Outro aspecto a considerar é que a militância demonstra pouca maturidade e tem pouco tempo de Partido. Os militantes de base estão distantes e não lêem as publicações partidárias, não têm formação de Partido e atividade partidária constante, não atuam numa organização de base.

Torna-se premente superar essa deformação, ampliando, fortalecendo, forjando e organizando a militância. Neste momento, isto define a tarefa mais candente na esfera da organização, puxando e subordinando as



Renato Rabelo: desafios da organização partidária

demaís. Sem abandonar, evidentemente, o trabalho de aperfeiçoamento dos núcleos dirigentes mais importantes.

É preciso estabelecer as diretrizes que deflagrem o processo que vise estender, formar e organizar na base a militância. Para isso:

1. Colocar os comitês intermediários (Comitês Municipais e Comitês Distritais) como centro de gravidade do trabalho de direção. É preciso fortalecer e desenvolver os Comitês Municipais e Distritais, promovendo militantes, transferindo quadros para abertura e reforço de organismos dirigentes intermediários e fornecendo ajuda e acompanhamento efetivos na definição política e dos planos locais. A elevação da democracia partidária depende do crescente funcionamento dos organismos dirigentes intermediários e das organizações de base. Estabelecer uma agenda detalhada e sob controle centralizado de distribuição das publicações e materiais partidários desde os comitês locais até a militância organizada ou inorgânica. É necessário ir situando os comitês intermediários na função de centros promotores e organizadores das unidades de base. Providenciar e preparar curso básico sobre o Partido e sua política para a militância e os recém filiados. Privilegiar a participação dos dirigentes dos comitês intermediários nos cursos panorâmicos atualizados.

2. Tratar as organizações de base como peças-chaves da atividade partidária. Devemos modificar as nossas vias de mobilização política de massas. Romper progressivamente com a prática de plenárias de quadros onde se juntam alguns militantes visando a mobilização de massas, em detrimento da mobilização das organizações de base em cada local e da proximidade da militância. Providenciar levantamento metódico das

organizações de base e estabelecer planos de desenvolvimento e ampliação.

3. Estabelecer metas de filiações, dando atenção ao recrutamento de operários, mulheres e jovens, exercendo um controle constante - com a continuidade do cadastramento - e definir planos de organização e de formação dos novos militantes.

4. Examinar em todos os Estados o que realmente representa hoje a relação de "filiados", própria de uma fase de construção partidária, procurando aproximá-los do Partido (envio de publicações), transformando o que for possível em militantes, ativistas partidários. Distinguir e promover militantes que tenham maior compromisso partidário e possam assumir a função de pólo aglutinador dos militantes dispersos, ponteados embriões de núcleos de organizações de base.

5. Os Comitês Estaduais e Comitês Municipais devem se empenhar na tarefa de tornar vitoriosa a montagem do sistema de Contribuição Militante Permanente. Esta é uma forma eficaz de aproximar a militância ao Partido e elevar o seu nível de disciplina partidária.

6. Realizar um Encontro Nacional que congregue quadros de direção intermediária e dirigentes de organizações de base, após as eleições deste ano, para examinar experiências e discutir políticas e planos para esses níveis partidários, preparando o Seminário Nacional de Partido.

Campanha eleitoral

O Partido conseguiu crescer e expandir sua influência eleitoral sucessivamente, tanto nos pleitos municipais como nos nacionais. Porém, não tem aumentado o contingente militante permanente ou o número das organizações de base.

O Partido é levado a colocar em tensão nesses momentos

seus pontos fortes: um certo número de quadros capacitados e experientes e a influência de líderes políticos, sindicais e estudantis. São muitos os comitês locais formados, funcionando como organizações de base para a campanha eleitoral.

Todo esse esforço humano e material cessa após a campanha eleitoral e tudo volta à "normalidade". É preciso quebrar esse ciclo nestas eleições. Devemos situar as diretrizes próprias à campanha eleitoral:

1. Manter e fortalecer a estrutura partidária de cima à base, sobretudo os Comitês Municipais, Distritais e Organizações de Bases. A estrutura e o aparato da campanha eleitoral devem estar integrados e subordinados à organização partidária vigente.

2. Os comitês eleitorais de base que forem formados, com ou sem filiados ao Partido, devem ser mapeados e devidamente considerados pelos Comitês Estaduais e Comitês Municipais para posterior transformação em organizações de base partidária.

3. É preciso romper o divórcio existente nas campanhas eleitorais entre ganhar o voto (objetivo essencial imediato) e filiar ao mesmo tempo para o Partido (objetivo básico constante) aqueles que se aproximem das propostas partidárias. A prática da "amarração do voto" é um momento propício para uma ação mais ativa de filiação. Metas de filiação partidária devem ser fixadas em cada Estado.

4. Aproveitar a realização das Conferência Estaduais, que aprovarão as coligações e a lista de candidatos, para mobilizar o maior número possível de militantes, a exemplo das assembleias preparatórias ao 9º Congresso, visando a organização e participação de toda militância no pleito de 1998.

5. Plano de mobilização de recursos para a campanha eleitoral deve ser feito e aplicado com antecedência, tendo como objetivo atingir o máximo possível de amplitude política e social. Este deve ser o caminho a seguir para alcançarmos os nossos objetivos.

6. Elevar o nível de profissionalismo de todo contingente partidário, tendo presente as exigências crescentes das campanhas eleitorais, utilizando os quadros e militantes com capacitação profissional para as necessidades desse empreendimento.

*vice-presidente e secretário de Organização do PCdoB-veja a íntegra da intervenção na homepage do PCdoB: <http://www.pcdob.org.br>

Que Viva Eisenstein!



Acima, Eisenstein; ao lado, cena de O encouraçado Potemkin

Jorge B. Guedes*

Há cem anos nascia Sergei Eisenstein (1898-1948). Cineasta russo, conhecido por sua arte libertária, filmes de inestimável valor artístico, produzidos após a Revolução de Outubro de 1917. Eisenstein produziu e pensou cinema. Seus filmes são exemplo do cinema em formação, linguagem visual de apurada plasticidade e testemunho autêntico de um povo e sua história. Viveu intensamente sua época, envolveu-se com a causa socialista, repudiou a injustiça social e perpetuou em seus filmes a chama da rebeldia e união popular contra a tirania.

Intelectual erudito, formado no contexto da Rússia socialista, conhecedor da literatura mundial, admirador da pintura, da dança e do teatro, Eisenstein também ficou conhecido por suas contribuições para a teoria do cinema. Publicou estudos referentes à arte cinematográfica, dando ênfase ao papel da montagem na elaboração de associações visuais e na criação do êxtase. Tratou do enquadramento, composição plástica da imagem, som e cor no cinema.

Conhecia dos grandes escritores aos romances policiais. Polemizou com algumas correntes artísticas, como o Dadaísmo e o Surrealismo. Admirou James Joyce e Edgar Allan Poe; apreciou Nietzsche, Górkí, Dostoiévski, Jean Cocteau e Tolstói. Valorizava os filmes de Griffith, Chaplin, Dreyer. Leu Freud. Amava Van Gogh. Eisenstein é um dos maiores artistas de todos os tempos.

Atuou no Exército Vermelho e participou do Proletcult

Desde pequeno gostava de desenhar. Ainda jovem, os traços fortes de seus desenhos, compostos por linhas bem marcadas, denunciavam o "olhar" do artista. A partir de 1918, em virtude de sua dedicação ao desenho e caricaturas, começou a trabalhar em esboços para cenografia e, posteriormente, figurinos para peças de teatro. Foi incorporado no Clube Comunista de Vojega como diretor, cenógrafo e ator. Como estudante de Engenharia Civil, ao participar da construção de pontes estava interessado nos ângulos formados pela geometria das construções, no trabalho ao pôr-do-sol, no contato com os costumes locais dos camponeses.

Em 1920, após a desmobilização do Exército Vermelho (no qual serviu como voluntário), Eisenstein foi nomeado diretor da seção de cenografia do Teatro do Proletcult, o primeiro teatro operá-

rio. Sua atuação no meio de teatro foi se consolidando. Conheceu nomes célebres do meio teatral, entre eles Meyerhold. Trabalhou com cenografia, trajes, maquiagem e ensinou nas oficinas de direção. Encenou peças de autores russos, Shakespeare e outros dramaturgos. Fez adaptações de contos e teatro engajado. Seu principal trabalho teatral foi *Está ouvindo Moscou?*

Estréia no cinema com O Diário de Glumov

Sua estréia no cinema ocorreu em 1923, com o filme *O diário de Glumov*, apresentado como atração de uma peça de teatro. Publicou inúmeros artigos teóricos sobre a sétima arte, dentre eles *Montagem de atrações*, semente do Cinema Intelectual, conceito que iria desenvolver mais tarde.

Em 1924 foi escalado para participar da remontagem de um filme de Fritz Lang, a versão russa de *Doutor Mabuse, o jogador*. Juntamente com Aleksandrov, começou a trabalhar no roteiro do filme *A greve*. Neste filme, que narra a preparação de uma greve por militantes operários numa grande fábrica da Rússia czarista, aplica suas teorias a respeito da montagem (numa das cenas, associa o patrão que ri histericamente e uma águia, por meio da fusão visual).

Após a estréia desse filme e o rompimento com o Proletcult, por discordância de concepções artísticas, trabalhou num projeto intitulado *O ano de 1905*, que resultaria numa das maiores obras-primas do cinema: *O encouraçado Potemkin*. Lançado em 1926, tornou Eisenstein conhecido em todo o mundo e seu nome sinônimo de genialidade. Esse filme traz o grande impacto dramático comum em sua obra. Eisenstein aplica

com precisão os conceitos de montagem aos quais se dedicava na época: as montagens rítmica, métrica e tonal.

O filme aborda a rebelião popular de 1905, centralizando a ação na revolta dos marinheiros a bordo do Encouraçado, conquistando a solidariedade da população de Odessa. Cria situações que se revelam verdadeiros símbolos da luta desigual do povo contra a repressão e também da solidariedade entre os rebeldes. O ritmo da montagem, a música e a composição plástica envolvem o espectador ao limite do êxtase.

Em *Potemkin* há uma seqüência da escadaria de Odessa, em que uma mãe vê seu filho baleado na confusão, sendo pisoteado pela massa desenfreada. Seus olhos de pavor enchem a tela. A música torna-se mais pesada. O filho grita por socorro. Pés pisam em sua mão, tronco, pernas. Os cossacos continuam descendo as escadas e atirando. A mãe, em desespero, carrega seu filho caminhando em direção aos cossacos clamando para que se interrompa o massacre (nesse trecho do filme mudo, é quase possível ouvir o grito dilacerante da mãe). Os cossacos atiram. A mãe tomba segurando o filho no colo. Nada mais incisivo, a beleza destilada com violência.

Potemkin foi considerado o melhor filme do mundo

Não foi por acaso que *Potemkin* foi o marco divisor da carreira artística de Eisenstein, considerado pela Academia Americana de Artes "o melhor filme do mundo" e, posteriormente, em 1958, "o melhor filme de todos os tempos" pela Exposição Internacional de Bruxelas. Em 1928, Eisenstein foi nomeado orientador do curso de direção da Escola Estatal Técnica de Cinematografia e vi-

ajou para a Alemanha para conhecer as novas técnicas de montagem.

Realizou, em vários países, conferências sobre o cinema soviético. Sua conferência na Sorbone (França) foi de grande repercussão política. Um jornal francês chegou a publicar, referindo-se aos risos despertados durante a conferência: "Devemos temer não os bolcheviques com uma adaga entre os dentes, mas aqueles com um sorriso nos lábios". Eisenstein passaria também por Hollywood para trabalhar na Paramount no roteiro de *Uma Tragédia Americana*, o que não durou quatro meses, devido à pressão dos setores mais reacionários. Eisenstein teve, inclusive, seu visto de permanência no país cancelado.

Levou à tela grande o sentimento revolucionário

Outubro (forte testemunho sobre a revolução de 1917), *Alexandre Nevski* (seu primeiro filme sonoro, rodado em 38) e *Ivan, o Terrível* (trilogia incompleta com a morte de Eisenstein) foram outros filmes que impressionaram o mundo. Dois de seus filmes foram finalizados após sua morte: *Que Viva México!*, montado por Aleksandrov, vigoroso documentário, contendo um belíssimo trecho ficcional (autêntico Western revolucionário!) e *O Prado de Beijim*, cujos negativos foram destruídos durante a II Guerra. Tendo Eisenstein preservado um fotograma de cada tomada, o filme é uma intrigante seqüência de imagens congeladas em enquadramentos expressivos ao som de uma forte música instrumental.

Todos esses filmes foram a busca do artista em torno de uma única ambição: levar para a grande tela o sentimento patriótico e revolucionário. Eisenstein deixou para a posteridade um belíssimo trabalho e a possibilidade de assistirmos a um complexo de forças em ação que terminam na vitória popular. Seus filmes apresentam valores universais da luta pela liberdade e soberania dos povos. Relembramos hoje esse grande artista não somente pela maestria da forma e contundência das imagens de seus filmes. Se o fazemos é também porque sua obra aponta para um caminho positivo e de maneira jamais vista no cinema.